



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário

Nº CNJ : 0113956-29.2017.4.02.5101 (2017.51.01.113956-9)
RELATOR : Desembargador(a) Federal THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
APELANTE : KANTRO EMPREENDIMENTOS APOIO E SERVICOS LTDA
ADVOGADO : RJ137567 - LUCAS LAUPMAN FERRAZ LIMA
APELADO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : Procurador da Fazenda Nacional
ORIGEM : 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro (01139562920174025101)

EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXCLUSÃO DO ISS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS. AGRAVO INTERNO. DESPROVIDO.

1. Cuida-se de agravo interno interposto pela União/Fazenda Nacional contra decisão monocrática que deu provimento ao recurso de apelação cível para determinar que as contribuições para o PIS/COFINS sejam calculadas sem a inclusão dos valores do ISS.
2. A decisão tomada por este relator tem por base o estampado no Recurso Extraordinário nº 574.706, não tendo esta Corte poderes para afastar a decisão do Tribunal Constitucional.
3. Não obstante a decisão não haja transitado em julgado e conste requerimento de modulação de efeitos, possui eficácia imediata e serve de orientação aos processos pendentes. Como ressaltado no decisum embargado, o próprio Supremo Tribunal Federal tem aplicado o julgamento a outros casos similares (RE nº 939.742 e 1028359).

4. Agravo interno interposto pela União/Fazenda Nacional conhecido e improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno interposto pela União/Fazenda Nacional, nos termos do relatório e voto do Relator constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 2019.

THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Nº CNJ : 0113956-29.2017.4.02.5101 (2017.51.01.113956-9)
RELATOR : Desembargador(a) Federal THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
APELANTE : KANTRO EMPREENDIMENTOS APOIO E SERVICOS LTDA
ADVOGADO : RJ137567 - LUCAS LAUPMAN FERRAZ LIMA
APELADO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : Procurador da Fazenda Nacional
ORIGEM : 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro (01139562920174025101)

RELATÓRIO

Trata-se de agravo interno (f.199/212) interposto pela União/Fazenda Nacional contra decisão monocrática.

A decisão monocrática desafiada (f.191/196) teve por base o entendimento dos Tribunais Superiores no sentido de que deve ser excluído o ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Em seu recurso, sustenta a agravante que o acórdão paradigma (RE 574.706) proferido pelo STF limitou-se a tratar da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, nada dispondo no concernente ao ISS.

Não foram apresentadas contrarrazões.

No que interessa ao julgamento do agravo interno, é o relatório.

THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Nº CNJ : 0113956-29.2017.4.02.5101 (2017.51.01.113956-9)
RELATOR : Desembargador(a) Federal THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
APELANTE : KANTRO EMPREENDIMENTOS APOIO E SERVICOS LTDA
ADVOGADO : RJ137567 - LUCAS LAUPMAN FERRAZ LIMA
APELADO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : Procurador da Fazenda Nacional
ORIGEM : 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro (01139562920174025101)

VOTO

Conheço do Agravo Interno porque presentes seus pressupostos de admissibilidade.

Cuida-se de agravo interno interposto pela União/Fazenda Nacional contra decisão monocrática

Por sua vez, a decisão monocrática desafiada teve por base o entendimento dos Tribunais Superiores no sentido de que deve ser excluído o ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Em seu recurso, sustenta a agravante que o acórdão paradigma (RE 574.706) proferido pelo STF limitou-se a tratar da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, nada dispondo no concernente ao ISS.

O Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 574.706, exarado à luz do regime de repercussão geral da matéria, firmou a tese no sentido de que: O ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS.

Por certo, a decisão do STF não abordou especificamente a inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e COFINS, mas o raciocínio é análogo, não sendo possível aplicá-lo ao ICMS e deixar de proceder da mesma forma no caso do ISS.

Isso porque o valor arrecadado a título de ISS, à semelhança do ICMS, não incorpora ao patrimônio do contribuinte, não representando faturamento ou receita, razão pela qual se entende que tais tributos não compõem a base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS.

Ademais, não obstante a decisão não haja transitado em julgado e conste requerimento de modulação de efeitos, possui eficácia imediata e serve de orientação aos processos pendentes.

Como ressaltado no decisum embargado, o próprio Supremo Tribunal Federal tem aplicado o julgamento a outros casos similares (RE nº 939.742 e 1028359).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Ao contrário do alegado pela União Federal, o julgamento impugnado não padece de quaisquer vícios, revelando, na realidade, mera contrariedade com a solução adotada.

No exercício da retratação, esta Turma julgadora não pode decidir além do que foi firmado no RE nº 574.706/PR, estando o julgamento adstrito aos fundamentos da repercussão geral, conforme dispõe o artigo 1.040, II, do Código de Processo Civil.

Conforme consignado, nos termo da decisão atacada, em relação ao ISSQN, deve-se aplicar as razões de decidir expostas pela Suprema Corte no julgamento que reconheceu a invalidade constitucional da inclusão do ICMS na base impositiva do PIS e da COFINS.

Assim, em face do exposto, analisadas as questões suscitadas pela agravante, não merece retoques a decisão proferida, razão porque nego provimento ao agravo interno da União/Fazenda Nacional.

É como voto.

THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO

RELATOR